

A. I. Nº - 019290.0035/08-9
AUTUADO - PRESERVE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA.
AUTUANTE - PAULO CESAR DE CARVALHO GOMES
ORIGEM - INFAZ ATACADO
INTERNET - 05.06.2009

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0124-02/09

EMENTA: ICMS. 1. IMPOSTO LANÇADO E RECOLHIDO A MENOS. DIVERGÊNCIA ENTRE OS VALORES RECOLHIDOS E OS ESCRITURADOS NO LIVRO FISCAL. Reconhecido e recolhido parte do valor exigido. Infração parcialmente caracterizada. **2.** DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MATERIAL PARA USO E CONSUMO. FALTA DE PAGAMENTO. É devido o pagamento da diferença entre as alíquotas interna e interestadual nas aquisições interestaduais de mercadorias para uso e consumo do estabelecimento. Infração reconhecida. **PROCEDENTE EM PARTE.** Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado em 30/06/2008, para exigência de ICMS no valor de R\$25.281,22, acrescido de multa de 60%, sob acusação do cometimento das seguintes infrações:

1. Recolheu a menos o ICMS em decorrência de desconhecimento entre os valores do imposto recolhido e o escriturado no livro Registro de Apuração, do ICMS, sendo lançado o valor de R\$15.976,35.
2. Falta de recolhimento do ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições de mercadorias de outras unidades da Federação e destinadas a consumo do estabelecimento, sendo lançado o valor de R\$9.304,87.

O autuado, por seu representante, legalmente constituído, em sua defesa, à fl. 105, diz que reconhece parte da infração 01, expondo que em relação à ocorrência datada de 28/02/2003, no valor de R\$553,56, refere-se a ICMS incidente sobre a Nota Fiscal nº 0157, (valor de R\$2.984,53), de 24/05/2002, e Nota Fiscal nº 0163, valor R\$1.085,60) emitida em 31/05/2002, as quais foram canceladas, sendo que deduziu do imposto devido no mês de fevereiro 2003. Acrescenta que o imposto sobre referidas notas fiscais já havia sido pago, em relação ao período de apuração de maio de 2002, contido no valor de R\$7.299,13 – recolhimento em junho/2002. Quanto a ocorrência de 31/10/2004, aduz que embora já houvesse iniciada a fiscalização, o ICMS complementar atinente à referida data, no valor de R\$14.459,09, foi recolhido, acrescido dos encargos, em 21/05/2008, conforme DAE que anexa. Solicita que seja concedida a redução de parte do Auto de Infração, no tocante à referida Infração 01.

Na defesa não se manifesta sobre a Infração 02, sendo que à fl. 111, atravessa petição solicitando a emissão de DAE para pagamento, reconhecendo integralmente o seu valor.

O autuante em sua informação fiscal, fl. 122, cita que o autuado admite o débito da infração 01, e que o recolhimento no valor de R\$14.459,09, se deu após a segunda intimação, e que assim fica restando devido só a multa. Aduz que com relação à Infração, no valor de R\$553,56, concorda com a defesa. Informa que os outros itens da infração 01 não foram defendidos, restando devidos os valores de R\$0,81, vencimento em 09/07/2003; R\$85,33, vencimento em 09/02/2005; R\$71,51, de 09/06/2005; e R\$806,06, vencimento em 30/11/2005.

Registra que no tocante à Infração 02, permanece o débito no montante de R\$9.304,87. Conclui pedindo que este colegiado faça justiça.

O autuado foi intimado para tomar ciência da informação fiscal do autuante, e da concessão do prazo de 10 dias para pronunciamento, caso o quisesse.

O contribuinte se manifestou às fls. 137 e 138, expondo que apesar do autuante, após análise da defesa anterior, ter reconhecido o pagamento do principal de R\$14.459,09, em 21/05/2008, acrescido de juros de mora de R\$8.507,35, da competência de outubro/2004 o mesmo foi efetuado no código 0775, quando o correto seria o código 1755. Afirma que já solicitou a apropriação para o código correto.

Aduz que com relação ao valor de R\$553,56, referente à competência de maio/2002, do item “a” da infração anterior, o autuante entendeu pertinente a sua defesa e excluiu o referido valor.

Enfatiza que no que diz respeito aos valores de R\$0,81, R\$85,33, R\$71,51, e R\$806,06 mencionados anteriormente, foram os mesmos recolhidos com juros de mora, em 10/10/2008, conforme DAE que anexa, pago indevidamente no código 0775, quando o correto seria 1755. Reiterando a afirmativa de que já teria providenciado a alteração do referido código.

Afirma que em relação à Infração 02, o seu valor foi quitado em 13/08/2008, conforme DAE e comprovante de pagamento eletrônico, sendo R\$9.304,87, valor principal, acrescido de juros de mora de R\$4.255,83, totalizando R\$13.560,70.

Quanto a pendência de multa de ofício, solicita o autuado que após o julgamento do processo, seja emitido o DAE para pagamento isolado.

Conclui dizendo que diante das providências procedidas e na certeza da liquidação dos débitos referidos, solicita a extinção dos débitos.

O autuante, presta nova informação fiscal, fl. 164, afirmando que todos os débitos reclamados foram pagos juntamente com seus acréscimos moratórios.

VOTO

O Auto de Infração foi lavrado para lançar crédito tributário em razão de recolhimento a menos do ICMS em decorrência de desencontro entre os valores do imposto recolhido e o escriturado no livro Registro de Apuração, do ICMS, e pela falta de recolhimento do ICMS decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições de mercadorias de outras unidades da Federação destinadas a consumo do contribuinte.

Analisando as peças processuais verifica-se que o sujeito passivo reconheceu parcialmente os valores exigidos nas duas infrações, sendo que em relação à Infração 01, pagou o valor de R\$14.458,69, no dia 21/05/2008 na constância da fiscalização, com o código de receita nº0775, fl. 107, sendo que através do processo nº 167190491/2008-9, solicitou retificação do código de receita 0775 para 1755 do Documento de Arrecadação – DAE, em 10/10/2008, sendo deferido e regularizado na mesma data pelo, coordenador de processo/DAT METRO, fls. 127 a 129, e 134. Quanto a importância de R\$553,55, o autuado comprovou se tratar de exigência do imposto referente às Notas Fiscais nº157 e 163, canceladas (fls.108 e 109), tendo o autuante inclusive concordado, sendo que pelos exames nos autos, também coaduno. Com relação aos valores de R\$0,81, R\$85,33, R\$71,51 e R\$806,06, todos eles foram recolhidos no dia 10/10/2008, consoante DAE, fls. 147 a 154, com o código de receita 0775, sendo solicitado sua alteração para o código 1775, através do processo nº 193553/2008-8, fl. 155 e 156.

No que se refere à Infração 02 o sujeito passivo reconheceu o crédito tributário lançado no montante de R\$9.304,87 e recolheu o seu valor, no dia 13/08/2009, através do DAE fls.157 e 158 do PAF.

Consta à fl. 166, demonstrativo de pagamento de parte do crédito tributário.

Voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, devendo ser homologado os valores pagos.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **019290.0035/08-9**, lavrado contra **PRESERVE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$24.727,67**, acrescido das multas de 60%, previstas no artigo 42, II, “b”, e “f”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologado os valores pagos.

Sala das Sessões do CONSEF, 21 de maio de 2009.

JOSÉ CARLOS BACELAR - PRESIDENTE

FRANCISCO ATANASIO DE SANTANA - RELATOR

ÂNGELO MÁRIO DE ARAÚJO PITOMBO – JULGADOR